



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**DEPENDÊNCIA E FINANCEIRIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SUPEREXPLORAÇÃO
DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS ENTRE CENTRO E PERIFERIA A PARTIR DOS ANOS 1990**

FÁBIO DE SOUZA ROCHA

Foz do Iguaçu
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**DEPENDÊNCIA E FINANCEIRIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SUPEREXPLORAÇÃO
DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS ENTRE CENTRO E PERIFERIA A PARTIR DOS ANOS 1990**

FÁBIO DE SOUZA ROCHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof^a. Dra. Roberta Sperandio Traspadini

Foz do Iguaçu
2020

FÁBIO DE SOUZA ROCHA

**DEPENDÊNCIA E FINANCEIRIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SUPEREXPLORAÇÃO
DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS ENTRE CENTRO E PERIFERIA A PARTIR DOS ANOS 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra Roberta Sperandio Traspadini
UNILA

Profa. Dra Karen dos Santos Honório
UNILA

Prof. Dr Ramon Blanco de Freitas
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho a meu mestre da vida Dr. Daisaku Ikeda, a minha mãe Rosi, a minha tia Cleide e a minha avó Leny, por fazerem parte do meu desenvolvimento como ser humano.

AGRADECIMENTOS

Compreendo que cada instante vivido, cada incentivo, por mínimo que seja, faz parte de um todo que possibilitou minha construção como ser humano e fez com que eu me esforçasse para o início e conclusão deste ciclo. Por isso, sou extremamente grato a todas as pessoas que estiveram comigo neste período. Entretanto, compreendo que algumas participações merecem agradecimentos em especial.

Dessa forma, em primeiro lugar agradeço a minha mãe Rosilene de Souza Silva por ter me forjado como ser humano e por proporcionar o melhor mestre e filosofia de vida do mundo. Não há dúvidas que sem seus esforços, bem como de minha avó Leny e tia Rosicleide, não teria conseguido chegar até aqui. Sinceros agradecimentos a minha família.

Agradeço também a toda família da Soka Gakkai que me acolheu de braços abertos em Foz do Iguaçu, fazendo com que esta cidade se torna a extensão de minha casa. Ao presidente desta organização, e meu mestre da vida, Daisaku Ikeda Sensei, também deixo registrado o meu agradecimento.

Por fim agradeço a minha professora Roberta pela orientação e amizade, aos professores da banca e aos meus colegas de curso.

*Existe uma única estrada e somente uma, e
essa é a estrada que eu amo. Eu a escolhi.
Quando trilho nessa estrada as esperanças
brotam, e, o sorriso se abre em meu rosto.
Dessa estrada nunca, jamais fugirei. Daisaku
Ikeda*

ROCHA, Fábio de Souza. **Dependência e Financeirização**: Uma análise da superexploração da força de trabalho no Brasil e eu impactos nas relações internacionais a partir da década de 1990. 2019. 54 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo principal: analisar a relação entre dívidas, crises e a dependência estrutural do Brasil no marco das relações internacionais, com o intuito de refletir sobre os desafios para as teorias críticas no bojo das transformações no mundo do trabalho no século XXI. Tal objetivo foi motivado por três grandes aspectos: 1. As aprendizagens apreendidas ao longo do curso dentro e fora da sala de aula a partir de um sentido de integração presente na expressiva diversidade de estudantes de diferentes nacionalidades que compunham minhas turmas e as disciplinas desenvolvidas ao longo destes cinco anos; 2. As perguntas que, quanto mais meu desenvolvimento intelectual e humano se forjam no encontro com grandes pesquisadores (as), mais se apresentam indagações sobre porque vivemos como vivemos e quais as raízes explicativas destas condicionantes; 3. Minha própria história de vida e a condição de, em uma fase de amadurecimento, conseguir olhar para trás e analisar um processo familiar integrado a uma multiplicidade de outros processos. Isto significa dizer que a motivação pessoal e intelectual está de mãos dadas neste trabalho. A delimitação temporal ocorrerá no marco das mudanças geopolíticas estruturadas pelo Consenso de Washington em 1989. Os autores referências serão Ruy Mauro Marini, Eric Toussaint, Costas Lapavitsas, Robert Cox, Marcelo Carcanholo, Mathias Luce, Marisa Amaral e Roberta Traspadini. Todos estes vinculados ao campo do materialismo histórico dialético, método referencial da análise deste trabalho, centrada na revisão bibliográfica das duas grandes áreas críticas da econômicas política e relações internacionais.

Palavras-chave: Dependência. Endividamento. Relações Internacionais. Superexploração.

ROCHA, Fábio de Souza. **Dependence and Finance**: An analysis of the overexploitation of the workforce in Brazil and impacts on the international relations from the 1990s. 2019. 54 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

ABSTRACT

This main goal is to analyze the relationship between debts, crises and Brazil's structural dependence within the framework of international relations, with the aim of reflecting on the challenges for critical theories in the field of transformations in the world of work in the 21st century. This objective was motivated by three main aspects: 1. The learning throughout the course inside and outside the classroom based on a sense of integration present in the expressive diversity of students of different nationalities that made up my classes and the developed disciplines over these five years; 2. The questions that the more my intellectual and human development are forged in the encounter with great researchers, the more questions are asked about why we live as we live and the explanatory roots of these conditions; 3. My own life story and the condition that, in a maturing phase, I can look back and analyze a family process integrated with a multiplicity of other processes. This means that personal and intellectual motivation is hand in hand with this work. The temporal references will be made by Ruy Mauro Marini, Eric Toussaint, Costas Lapavistas, Robert Cox, Marcelo Carcanholo, Mathias Luce, Marisa Amaral and Roberta Traspadini in the framework of the geopolitical changes structured by the 1989 Washington Consensus. All these linked to the field of dialectical historical materialism, referential method of analysis of this work, focused on the bibliographic review of the two major critical areas of economic policy and international relations.

Key words: Dependency. Indebtedness. International relations. Superexploration.

ROCHA, Fábio de Souza. **Dependencia y financiarización**: un análisis de la sobreexplotación de la fuerza laboral en Brasil y su impacto en las relaciones internacionales a partir de la década de 1990. 2019. 54 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

El objetivo principal de este trabajo es analizar la relación entre las deudas, las crisis y la dependencia estructural de Brasil en el marco de las relaciones internacionales, con el objetivo de reflexionar sobre los desafíos para las teorías críticas en el campo de las transformaciones en el mundo del trabajo en el siglo XXI. Este objetivo estuvo motivado por tres aspectos principales: 1. El aprendizaje apprehendido a lo largo del curso dentro y fuera del aula basado en un sentido de integración presente en la diversidad expresiva de estudiantes de diferentes nacionalidades que conforman mis clases y las disciplinas desarrolladas a lo largo de estos cinco años; 2. Las preguntas que, cuanto más se forjan mi desarrollo intelectual y humano en el encuentro con grandes investigadores, más preguntas se hacen acerca de por qué vivimos cómo vivimos y las raíces explicativas de estas condiciones; 3. Mi propia historia de vida y la condición de que, en una fase de maduración, pueda mirar hacia atrás y analizar un proceso familiar integrado con una multiplicidad de otros procesos. Las referencias temporales serán hechas por Ruy Mauro Marini, Eric Toussaint, Costas Lapavistas, Robert Cox, Marcelo Carcanholo, Mathias Luce, Marisa Amaral y Roberta Traspadini en el marco de los cambios geopolíticos estructurados por el Consenso de Washington de 1989. Todo esto vinculado al campo del materialismo histórico dialéctico, método de análisis referencial de este trabajo, se centró en la revisión bibliográfica de las dos áreas críticas principales de la política económica y las relaciones internacionales.

Palabras clave: Dependencia. Endeudamiento. Relaciones Internacionales. Superexplotación.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Transações Corrente e conta financeira – Brasil (1995 – 2017)....	38
Gráfico 2 – Evolução do salário mínimo e do PIB per Capita, Brasil (1940 - 1999).....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: Evolução das Empresas Privatizadas e do ajuste do emprego no setor estatal entre 1979 e 1999.....	47
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IED	Investimento Externo Direto
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SMN	Salário Mínimo Necessário
TMD	Teoria Marxista da Dependência

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DESENVOLVIMENTO	18
2.1 ANÁLISE TEÓRICA E CATEGORIAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	18
2.2 AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS DO MARXISMO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	19
2.2.1 O Capital	24
2.2.2 O Trabalho	27
2.2.3 As Crises de Capitalismo	29
2.2.3.1 <i>Crise de 1870</i>	30
2.2.3.2 <i>Crise de 1929</i>	31
2.2.3.3 <i>Crise de 1970 a 1980</i>	31
2.3 A PARTICULARIDADE DO BRASIL, TERRITÓRIO DEPENDENTE	33
2.3.1 Dependência	34
2.3.1.1 <i>Fases Históricas da Dependência</i>	36
2.4 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	39
2.5 A CONFORMAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE ACUMULAÇÃO.....	40
2.5.1 O Panorama da Crise de 1980	42
2.5.2 O Consenso de Whashington	44
2.5.3 A Aplicação do Consenso de Whashington no Brasil dos Anos 90 e os Impactos na Classe Trabalhadora	45
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais e Integração foi motivado por três grandes aspectos: 1. As aprendizagens ao longo do curso, dentro e fora da sala de aula, a partir de um sentido de integração presente na expressiva diversidade de estudantes de diferentes nacionalidades que compunham minhas turmas e as disciplinas desenvolvidas ao longo destes cinco anos; 2. As perguntas que, quanto mais meu desenvolvimento intelectual e humano se forjam no encontro com grandes pesquisadores e pesquisadoras, mais se apresentam em indagações sobre porque vivemos como vivemos e quais as raízes explicativas destas condicionantes; 3. Minha própria história de vida e a condição de, em uma fase de amadurecimento, na qual consegui olhar para trás e analisar um processo familiar integrado a uma multiplicidade de outros processos. Isto significa dizer que a motivação pessoal e intelectual estão de mãos dadas neste trabalho. Afinal, lembro de que ao longo de toda minha infância e adolescência vivenciei as chegadas de inúmeras cartas do SPC e Serasa, o que fazia o tema da “dívida” individual e familiar, soar como “natural” no nosso ambiente.

Ao olhar para trás e tentar encontrar, nas mediações científicas necessárias, a explicação para essa “naturalização”, que na verdade é social e historicamente construída, pude tecer redes explicativas em pontes dialógicas entre as relações internacionais, a política interna e a cotidianidade da relação de totalidade entre capital e trabalho que me deram alguns elementos analíticos estruturantes, entre eles: a certeza de que no âmbito internacional uma dívida puxa outra, caracterizando-se como fenômeno estrutural da dependência de economias periféricas em relação às economias hegemônicas, centrais, que não é instituída para ser paga.

Esta situação se reflete internamente com a intensificação da opressão, exploração sobre a força de trabalho de parte expressiva da população brasileira, obrigando-a a aceitar qualquer condição laboral para pagar o que deve e continuar com crédito no mercado. Neste sentido, o processo de endividamento familiar, ao ser tratado intencionalmente como “natural”, tira do centro o debate a questões que envolvem a relação de trabalho e o substitui por temas renovados da condição de submissão à ordem hegemônica, como empreendedorismo, pequeno empreendedor individual, economia criativa. Como fundo de cena, parte expressiva

dos trabalhadores tornam-se aparentes empreendedores vendedores e prestadores de serviços ao grande capital, que constitui um plano formal e real de submissão à lógica financeira e tributária vigentes em cada época e gestão de governo do Brasil.

Assim, dívida e dependência, atreladas a seus principais referentes estudados: Marini (2011); Toussaint (2004); Lapavitsas (2016); Amaral (2006) nos dão como objetivo principal neste trabalho realizar uma revisão bibliográfica de cunho teórico atrelado a um estudo de caso que analisa o papel da dívida e da dependência, a partir da década de 1990, como critério hegemônico da acumulação de capital. Situação esta, que conformará a intensificação das desigualdades estruturais no plano econômico, político e cultural entre as economias ditas periféricas em suas relações com as economias em disputa de hegemonia. A partir do estudo do endividamento da classe trabalhadora, esta investigação pretende apresentar o processo de análise a partir do qual todo o trabalho foi elaborado: o materialismo histórico dialético (MARX, 2013).

Este método permite explicitar como a nova fase de acumulação de capital que passa a entrar em vigor no Brasil a partir da década de 1990, tem como finalidade dar continuidade ao que Marini definiu como marco da dependência estrutural (MARINI, 2011) - a contínua transferência de valor - entre a economia dependente e periférica (o Brasil) e as economias hegemônicas centrais (em especial a estadunidense) através da superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, as relações comerciais, diplomáticas, políticas são caracterizada pela primazia da esfera econômica financeirizada, o que também alcança o sentido dos atuais rendimentos do trabalho, endividamento familiar (AMARAL, 2006).

Torna-se necessário compreender o fenômeno da dívida do trabalhador como fruto de um desenvolvimento desigual e combinado presente no modo de produção capitalista a partir de sua fase superior: o imperialismo (LENIN, 2005). Nesse sentido a Teoria Marxista da Dependência capitaneada por Ruy Mauro Marini (2011) esclarece que este processo histórico é constituído por países periféricos formalmente independente, que são dependentes econômica, política e culturalmente das nações imperialista buscando aumentar seus níveis de acumulação. Assim, a periferia será utilizada como mecanismo de compensação da queda de sua taxa de lucro gerada pelas contradições inerentes ao capitalismo (CARCANHOLO, 2008).

A partir deste debate pode-se dizer que a dependência não é uma simples eventualidade, escolha, fatalismo ou apenas uma etapa para ascender ao patamar de nação desenvolvida, mas a forma de ser do próprio modo de produção capitalista, reproduzindo em nível internacional as contradições presentes no conflito de classe. Por causa dessa indissociabilidade e por ter se dado em conta que o desenvolvimento capitalista só foi possível devido a exploração, espoliação e expropriação das riquezas dos territórios e dos corpos das nações colonizadas, que Marini (2011) coloca que desenvolvimento e subdesenvolvimento, bem como desenvolvimento e exploração/superexploração, são dois lados da mesma moeda.

Soma-se a esta análise a compreensão de como os períodos de crise cíclica do capitalismo (CARCANHOLO, 2008) irão intensificar relação de superexploração da força de trabalho nessas nações dependentes, determinando a cada crise uma nova dinâmica produtiva que permita o início de um novo ciclo de acumulação do capital. Pontua-se aqui, portanto, três grandes crises que resultam em também três novo período de acumulação: crise de 1870, com o neocolonialismo, onde implanta-se uma dinâmica de acumulação baseada na divisão internacional do trabalho, na qual as periferias ocupam a função de exportadora de bens primário; crise de 1929, que reformula a DIT e industrializa a periferia (desenvolvimentismo); crise de 1970 a 1980, que define, a partir do consenso de Washington, um modelo de acumulação baseado na financeirização da economia, o neoliberalismo (AMARAL, 2006).

No Brasil, os efeitos da onda neoliberal são sentidos a partir do governo de Fernando Collor, com a aplicação da agenda do Consenso de Washington, que propõe, resumidamente segundo Nilson Araújo (2009) a abertura econômica, desestatização, desregulamentação financeira e a flexibilização das relações de trabalho. Tais medidas promovem a financeirização da economia brasileira através da forte entrada de capitais transnacionais financeirizados, de empréstimos e de investimentos externos diretos. Além disso, o salário mínimo abaixo do valor necessário, a intensificação do trabalho, a necessidade de recorrer a previdência, saúde, educação privados e ao crédito para consumir um cesta básica com valor histórico que não corresponde a remuneração, imprimem a violação ao fundo de vida e de consumo do trabalhador (LUCÉ, 2013).

Tais violações são os mecanismo utilizados pelos capitalistas locais e internacionais, para transferir o valor produzido pela força de trabalho ao centros

financeiros. A década de 1990, portanto vai se caracterizar pelo início de um novo modelo de acumulação de capital que tem como uma das características a financeirização dos rendimentos do trabalho a partir destes processos de superexploração (LAPAVITSAS, 2016). Dessa forma, superexplorando ainda mais a força de trabalho da periferia, é que o neoliberalismo se instaura como a recuperação da crise de 1970 a 1980.

É dessa maneira que as Relações Internacionais se encaixam requerendo uma verificação em seu habitual nível de análise, focado essencialmente no sistema internacional, nos Estados e nas Organizações Supraestatais (SARFATI, 2005). Como pode ser observado até aqui, as análises que só abordam esses níveis não dão conta de esclarecer as diversas relações que se escondem na aparência do concreto (o fenômeno como está posto) e com isso torna-se difícil propor mudanças que impactem na transformação desta estrutura desigual. Dentro da análise das Relações Internacionais e seus níveis, é preciso visualizar que o doméstico constantemente se apresenta no externo e que o externo compõe o doméstico. Em outras palavras, o cenário internacional possui atores como as classes, a sociedade e o próprio indivíduo que sofrem as consequências do que acontece na dinâmica internacional de disputa de poder, direitos e territórios, e que por sua vez, esta dinâmica só é o que é por conta desses atores (SASKIA, 2006).

Para alcançar o objetivo de compreender os aspectos relacionados ao endividamento da classe trabalhadora, superexploração da força de trabalho, política interna, política externa, com foco nos acontecimentos a partir da década de 90, este trabalho foi dividido em três partes. Na primeira, será realizada uma revisão bibliográfica que permita compreender as relações internacionais como uma estrutura complexa, construída a partir de processos passível de uma ação transformadora, ou seja, uma compreensão do cenário internacional como algo que não está dado e que reproduz as relações dialéticas de classe como seu motor a partir do modo de produção capitalista. Para tanto, serão utilizados autores da economia política clássica como Marx e Lenin, contemporâneos como Robert Cox, mostrando o quanto a teoria marxista das relações internacionais constitui-se como uma ferramenta para uma análise para além das aparências, alcançando a essência dos fenômenos.

Em seguida, foi separado um capítulo para uma análise da Teoria Marxista da Dependência, que apesar de fazer parte do contexto teórico das

relações internacionais, por ser a espinha dorsal deste trabalho, entendemos como necessário apenas para fins explicativos, separá-la em um capítulo à parte e abordá-la em detalhes. Através deste capítulo será possível enxergar a particularidade do território latino-americano no contexto da dependência e delimitar o posicionamento do Brasil neste cenário, por meio da abordagem de autores como Ruy Mauro Marini, Roberta Traspadini, Marisa Amaral, Mathias Luce, Marcelo Carcanholo.

Por fim, apresenta-se o estudo de caso, recortando o período dos anos 90, por ser um momento de profundas transformações estruturais no território nacional, permitindo realizar uma análise dos impactos nas relações de trabalho da agenda do Consenso de Washington e da definição do novo modelo de acumulação do capital pautado na financeirização no Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ANÁLISE TEÓRICA E CATEGORIAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As relações internacionais sempre existiram na humanidade, entretanto seu surgimento enquanto teoria data do após primeira guerra, visto que antes já se pensava em relações internacionais, mas não enquanto um campo teórico, e sim incorporado às áreas da economia, política ou direito (SARFATI, 2005). Dentro da sua abordagem teórica crítica, o estudo das Relações Internacionais busca compreender como os fatores econômicos, políticos e sociais se relacionam criando e moldando o cenário internacional, bem como, quais os atores influenciam esse cenário - Sistema Internacional, Supraestatal, Estado, sociedade e indivíduo.

Nesse sentido, cada campo teórico pode apontar uma leitura de atores diferente, bem como de natureza e organização. Entretanto, a escolha de uma determinada leitura das Relações Internacionais legitima uma visão e organização de mundo que se refletem em ações concretas, seja modificando esta realidade ou buscando sua manutenção. Assim, como afirma Cox em seu texto clássico “fuerzas sociales, estados y órdenes mundiales” (2013), “la teoría siempre es para alguien y tiene algún propósito. Todas las teorías tienen una perspectiva. Las perspectivas derivan de una posición en el tiempo y el espacio, específicamente tiempo y espacio social y político” (COX, 2013, p. 124).

Nosso esforço neste bloco é compreender as contribuições da teoria marxista para as Relações Internacionais, entendendo porque esta teoria fica a margem dos estudos na disciplina e qual a importância de retomar as categorias utilizadas por Marx para uma leitura crítica e aprofundada do cenário de endividamento da classe trabalhadora na América Latina, bem como do estado de subdesenvolvimento e dependência. Através da compreensão do significado do Estado, da luta de classe e do materialismo histórico, revisaremos nossa percepção das relações internacionais como prática. Tal esforço será necessário para entender o posicionamento da América Latina e Brasil no cenário internacional e como os acontecimentos dos anos 70 em diante podem impactar neste território implicando em políticas que intensificam a superexploração do trabalho e conseqüentemente do endividamento familiar.

2.2 AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS DO MARXISMO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais nascem em conjunto com o surgimento do Estado-nação e com a percepção de que as relações internacionais compreendem relações de Estados (atores) soberanos que se relacionam a partir de seus interesses nacionais. Tal aspecto é de grande importância por introduzir o debate de que os Estados, países, o conceito de nação são algo dado visto que não é questionada a sua formação sendo apenas aceita como verdade universal. Ou seja, a disciplina tem como ponto de partida o sistema internacional como ele é, o que dificulta a projeção de outros horizontes a serem pensados como transformador das problemáticas presentes nesse ambiente como veremos melhor mais adiante. Cox (2013) reforça essa ideia afirmando que tais teorias tomam o mundo como o encontra, com as relações sociais e de poder prevaletentes, e as instituições nas quais elas estão organizadas, como marco para sua ação. Ou seja, não existe a intenção de alterar a ordem estabelecida, mas sim perpetuá-la da maneira como está.

Reforça-se tanto a questão transformadora por vislumbrar diversas contradições nas relações internacionais, como a existência da pobreza e da riqueza, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, da fome, e trazendo a tona à problemática apresentada nesta dissertação, o endividamento e a superexploração da força de trabalho, por exemplo. Questionar-se a respeito destas contradições é buscar projetar outro horizonte, mais igualitário, justo, que exige um olhar crítico e ativo para mudança. Para tanto, é necessário compreender quem são, de fato, os atores dessas relações, quais as relações de poder presentes nelas e quais são as possibilidades de transformação.

A teoria marxista torna-se importante por buscar respostas para estes questionamentos com um horizonte transformador. Nesse sentido, partiu-se da perspectiva que vivemos em uma sociedade desigual na qual o sistema mundial, os Estados e as forças sociais de produção estão constantemente disputando em cada momento histórico suas necessidades (COX, 2013). Ao mesmo tempo, foi refutado a tradição da disciplina que sustenta uma interpretação teórica que invisibiliza o papel e importância da sociedade e do indivíduo na conformação do sistema, ignora também que a força sustenta essa estrutura desigual é a exploração que os donos

dos meios de produção exercem sobre a força de trabalho assalariada. A não detecção do motor desse sistema conflitante impede a formulação de sua transformação, superação. É nesse ponto que recuperar-se-á as contribuições da teoria Marxista centrada na crítica da economia política.

Com isso, Cox (2013) define dois tipos de teorias: as teorias de solução de problema e as teorias críticas, sendo a primeira caracterizada por produzir um “conhecimento especializado com vistas a solucionar entraves e desequilíbrios que comprometam o desempenho do sistema” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 140), ou seja, são teorias de caráter conservador que não buscam a origem das problemáticas considerando-as como a natureza do próprio sistema. Sobre a teoria de resolução de problemas, Cox completa dizendo que:

O propósito geral de resolver problema é fazer que essas relações e instituições trabalhem com tranquilidade, tratando efetivamente com fontes particulares de dificuldades. Visto que o esquema geral das instituições e das relações não está em questão, os problemas particulares devem ser considerados em relação com as áreas especializadas de atividades nas quais ele se apresenta. (COX, 2013, p. 125.) Tradução própria.

É importante ressaltar, entretanto, que Marx não escreveu nenhuma teoria das Relações Internacionais, mas descreveu o modo de produção capitalista definindo-o como um movimento internacional desde sua formação com a expansão colonial à maneira como as classes se organizam internacionalmente. Nesse sentido, o que se tem aqui é um esforço de abstração teórico para compreender como as categorias defendidas por Marx, servem para até os dias de hoje para realizar uma leitura da economia, política e sociedade. Assim, será realizado dois movimentos a seguir: o primeiro será a o esclarecimento das premissas da teoria marxiana, que passará pela importância da determinação dos fatores socioeconômicos; determinação histórica; a centralidade da classe; revolução. Em conjunto, uma vez definidas essas premissas, abordaremos o que se entende então por Estado, nação e relações internacionais, a partir delas.

Assim, a primeira premissa a ser entendida é a importância da determinação dos fatores socioeconômicos. Marx propõe que a questão central de qualquer sociedade é a produção, ou seja, pensar quais as forças sociais e sistemas de propriedade que regulam a produção em cada época (Halliday, 2007). A combinação destas forças forma o modo de produção e através dele percebemos

como se dá a reprodução da vida em sua dimensão material e como as necessidades nesta esfera irão impactar a cultura, a política e a economia. No modo de produção capitalista temos a contradição fundamental entre proprietários, donos dos meios de produção e não proprietários, que possuem apenas sua força de trabalho para vender em troca de suas necessidades materiais.

Tal contradição tende a se aprofundar produzindo conflitos entre essas classes devido às crises cíclicas e a impossibilidade de se garantir condições melhores de vida para a classe trabalhadora uma vez que a finalidade do capitalismo é a contínua acumulação e esta se faz através da exploração do trabalho com o acúmulo da mais-valia. Quanto mais trabalho se insere na produção e menos se remunera de maneira equivalente, mais valor o dono do capital pode obter. Nas épocas de crise ao qual o modo de produção capitalista está sujeito, os mecanismos de exploração precisam ser mantidos e reforçados caso a classe dos proprietários queira assegurar sua acumulação. Justamente por isso a estrutura do Estado precisa ser pensada para além de uma entidade com vontade própria, mas a partir das bases de sua estrutura política por meio da qual os interesses de uma classe específica, sempre se chocando com os interesses da outra, se sobrepõem exercendo domínio e subordinação (poder) e tornando as contradições mais aceitáveis e a exploração se assegura.

Mais a frente se pode observar que a aceitação do endividamento, a moralidade inserida sobre ele e a cultura do empreendedorismo são fatores essenciais para a perpetuação da superexploração da classe trabalhadora. As bases políticas que participam da composição do Estado são: as igrejas, os sistemas educacionais, a imprensa e todas as instituições que ajudam a criar comportamento e expectativas, uma vez no controle das classes dominantes, precisam ser coerentes com a ordem social vigente e é através do controle destas instituições que as relações de poder e propriedade são asseguradas (COX, 2013). Quando a classe consegue estabelecer essa relação de poder, afirmamos que ela é hegemônica e sobre esta categoria Cox complementa que:

Envolve concessões para subordinar classes em troca da aquiescência à liderança burguesa, concessão que poderiam levar, em última instância, a formas de democracia social que preservam o capitalismo ao mesmo tempo em que o torna mais aceitável para os trabalhadores e pequena burguesia (COX, 2007, p.104)

Dessa forma, a compreensão da importância dos fatores socioeconômicos já nos dá uma pista sobre como o Estado precisa ser enxergado. Ele não é uma representação de um interesse nacional uniforme ou possui uma neutralidade jurídica, mas “um lócus dos interesses de uma sociedade específica ou de uma formação social definida por sua estrutura socioeconômica” (HALLIDAY, 2007, p. 77). Avançando ainda mais na compreensão do Estado, as relações internacionais tornam-se, portanto, o palco das relações entre formações sociais de cada época. Por extensão, se por um lado os Estados não podem ser dissociados das relações de produção material, não há nenhum sistema internacional, guerra, atividade diplomática e instituições lideradas por estes Estados, que possa ser abstraída do modo de produção e conseqüentemente dos interesses dominantes de cada Estado em cada época.

O segundo aspecto a ser trabalhado pela teoria marxista é o da história e sua determinação. Esta premissa ajuda entender que os eventos e características de qualquer sociedade só estão diretamente atrelados ao seu contexto histórico. A partir da pergunta de quais eventos passados impactam e influenciam o tempo presente de cada país foi desmistificados mitos importantes das teorias internacionalistas. O primeiro deles é a naturalidade da existência dos Estados e do Sistema internacional, visto que, os debates mais tradicionais da disciplina partem de um sistema e de Estados já formados, sem a preocupação de desvendar ou problematizar seus antecedentes e se tomamos em conta o processo de formação a partir das contradições sociais de classe, do advento do capitalismo e de que este sistema internacional emerge da subjugação de sociedades pré-capitalistas nas invasões coloniais, compreendemos que os pontos de partida desses Estados são diferentes em termos econômicos, políticos e sociais. Ou seja, mais da metade dos Estados formalmente reconhecidos como independentes no século XVIII, passou por um processo violento de espoliação, expropriação e exploração de seus recursos humanos e naturais que sustentou as economias centrais e isso precisa ser levado em conta para a segunda afirmação que foi retirada do aspecto histórico.

Neste segundo ponto têm-se a concepção de desenvolvimento como etapas a serem passadas por todos os países. Isto impacta no pensamento de que para um país sair do subdesenvolvimento e se tornar desenvolvido, ele teria que seguir as mesmas etapas e procedimentos dos países centrais. Entretanto, ao

compreender essa determinação histórica, enxergamos que cada um desses processos se deu em seu contexto específico e tentar reproduzi-los como uma receita de bolo é como se deparar com o obstáculo de que os instrumentos utilizados para a receita há quatro séculos não são os mesmos, ou de que se descobriu que a quantidade de açúcar ou o tipo de fermento ideal é outro. Em síntese, a busca pelo desenvolvimento nos moldes europeus ou norte-americanos põe os estados latino-americanos sempre em um estágio anterior, correndo de chinelos enquanto os países centrais já utilizam carro. A resposta para essa contradição será tema focal do debate da dependência no próximo capítulo.

Outro ponto a ser destacado pelo marxismo é a centralidade da classe. A teoria marxista reconhece a presença da luta de classes dentro dos Estados e internacionalmente. Esta luta se dá entre grupos em diferentes posições da escala socioeconômica e entre grupos de posição equivalentes, retomando com isso o debate sobre nação. O que é nação? A partir desta premissa entendemos que nação não é um grupo homogêneo, mas grupos que estão constantemente disputando interesses dentro dos Estados e tal disputa reverberou em diferentes posicionamentos de política externa, tornando a classe um dos importantes atores não estatais das Relações Internacionais. Sobre esse assunto Halliday afirma o seguinte:

A questão não reside em uma possível perda de proeminência para atores não estatais no período recente, desde 1945 ou 1970, mas como estes atores não estatais, que sempre afetaram o poder e o caráter do Estado, agem através do Estado ou através de outros canais (HALLIDAY, 2007, p. 78).

Por fim, entendemos que estes atores não estatais podem ser importantes agentes de mudanças internacionais. É neste momento que o entendimento de revolução é central, visto que as contradições entre as classes culminam em conflitos que podem alterar a forma de governo, em casos de revoluções políticas, ou mesmo alterar o sistema de dominação de classe vigente alterando o grupo que está no poder do Estado, nos casos das revoluções sociais. Halliday (2007) pontua que esta perspectiva da luz “a importância da vontade e da atividade humana consciente” nas movimentações políticas, mais que isso, percebemos através da existência de crises e conflitos que o sistema internacional é

passível de mudanças, não sendo um ambiente estático e preso eternamente no modo de produção capitalista.

Estas premissas marxistas abriram espaço para reinterpretar as relações internacionais com base em um novo olhar para categorias centrais da disciplina. Tal interpretação abriu espaço para outros teóricos refletirem sobre o sistema internacional e suas contradições trazendo importantes contribuições como foram os casos da categoria imperialismo de Lenin (2005), com a exposição do movimento expansionista do capitalismo e de sua tendência ao monopólio, da teoria crítica em Cox (2013), evidenciando categorias como hegemonia e a participação da cultura e construção ideológica na relação de poder, e da teoria da dependência trabalhada em um capítulo específico nesta dissertação.

Vale ressaltar que o fato dos estudos da dependência estarem separados do debate das contribuições marxistas das Relações Internacionais se dá apenas por questões didáticas e por entender que a teoria marxista da dependência merece um destaque especial por retratar a particularidade latino-americana e consequentemente brasileira no contexto das relações internacionais.

2.2.1 O Capital

Logo na introdução do Manifesto do Partido Comunista (MARX e ENGELS, 2007) tem-se a história da humanidade caracterizada pela transformação que o homem exerce na natureza para atender às suas necessidades. A descoberta do fogo, a produção de materiais que permitissem a caça, o pastoreio, plantações são uns poucos dos inúmeros exemplos que podem ser citados. Entretanto o homem não vive sozinho, ele se organiza em uma sociedade de modo a trocar os produtos do que produz por outros produtos que atendem sua necessidade.

Tais produtos, que vai ser chamado de mercadorias, possuem essencialmente um valor de uso (a característica que permite atender as necessidades de quem o está adquirindo) e um valor de troca (aspecto que permite a mercadoria ser trocada por outra). A mercadoria, portanto é “antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 157) revelando assim o seu aspecto qualitativo. Em segundo lugar ela é um objeto capaz de ser trocado

com outras mercadorias e portanto possuidora de um aspecto quantitativo, de uma capacidade de compra.

Entretanto, surge um primeiro questionamento, como saber o quanto uma mercadoria vale, qual a unidade de medida básica das mercadorias? A conclusão que Marx (2013) chega através de um esforço de abstração, que parte do mais simples que é a mercadoria, explicitando que esta contém valor, se desdobra em dinheiro e em capital, é que o tempo de trabalho empregado na produção dos valores de troca é o fator comum capaz de ligar uma mercadoria a outra na aparente forma de troca entre equivalentes. Aparência que oculta a relação desigual entre proprietários e não proprietários dos meios de produção e a intensificação desta desigualdade entre trabalhadores qualificados e/ou não qualificados para a exploração técnica específica dentro de uma determinada linha de produção. O valor de uma mercadoria é assim definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria. Essa é a principal compreensão sobre o fenômeno particular, com tendências universais, do modo de produção capitalista: com a ideia de liberdade aparente e de democracia atrelada ao consumo, conforma novos marcos jurídicos e políticos que assentarão a desigualdade sem que a mesma seja, de fato, questionada na estrutura substantiva que a alicerça, como se pode ver em Pachukanis que declara o seguinte:

(...) torna-se claro que não apenas tal ou qual estrutura técnica do aparelho do Estado nasce no terreno do mercado, como também que não deixa de existir um vínculo interno indissociável entre as categorias da economia mercantil e monetária e a própria forma jurídica (PACHUKANIS, 1988, p.11).

Em determinado momento da história a sociedade passa a ser organizada por indivíduos possuidores das propriedades necessárias para se fazer a mercadoria (meios de produção) e por indivíduos que possuem somente a sua força de trabalho, o fator necessário para atribuir valor de uso e de troca à uma mercadoria. Pelo que se observa até o momento, a força de trabalho é também uma mercadoria que possui seu valor de uso e seu valor de troca. Nesse sentido, todo o esforço empregado para se produzir uma ou duas mercadorias deveria ter uma remuneração equivalente para o trabalhador. Nesse sentido Marx descreve que:

Por essa razão, mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a

mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra (MARX, 2013, p. 163).

Na seqüência deste raciocínio pode-se concluir também que o valor de uma mercadoria é proporcional ao dispêndio de trabalho aplicado. Mas o trabalho necessário para se produzir algo não é o mesmo ao longo do tempo porque as variáveis que envolvem sua produção como a técnica ou a tecnologia empregada se desenvolvem. Portanto, quanto menos trabalho, menos valor teria uma mercadoria. Contudo, nesta forma de se organizar a sociedade, percebe-se que a mercadoria produzida pela força de trabalho não acompanha a redução de valor, ao contrário, muitas vezes o que é tecnológico é ainda mais caro em seu valor de troca, algo que não se replica com a mercadoria trabalho (MARX, 2013).

Dessa forma, apresenta-se uma conclusão: uma vez que esse valor materializado no trabalho excedente potencializado pela extração de mais valia, não é repassado ao trabalhador, pode-se dizer que a força de trabalho tem seu valor apropriado pelos donos do meio de produção. Assim, temos um valor inicial empregado na compra de mercadorias (matéria prima e força de trabalho) e meios de produção que durante o processo produtivo se valoriza a partir da apropriação do valor gerado pela força de trabalho. Esse processo de valorização é chamado de capital e o modo de produção desigual ao qual pertence, capitalismo. No modo de produção capitalista a lógica deixa de ser a de se produzir mercadoria para se trocar por outra mercadoria, a fim de suprir uma necessidade (valor de uso), e passa a ser a lógica da acumulação, da apropriação de valor através da exploração da força de trabalho, como caracteriza Marx afirmando que:

(...) o processo de trabalho pode durar além do tempo necessário para reproduzir e incorporar no objeto de trabalho um mero equivalente do valor da força de trabalho. Em vez de 6 horas que aqui seriam suficientes para essa reprodução, o processo dura, digamos, 12 horas. Assim, por meio da ação da força de trabalho, não apenas seu próprio valor se reproduz, mas também se produz um valor excedente. Esse mais-valor constitui o excedente do valor do produto sobre o valor dos elementos formadores do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho (MARX, 2013, p. 364).

Assim, quando se pensa nos processos de circulação e produção da mercadoria, percebemos que a circulação é uma representação fenomênica do que ocorre na produção. Como a produção é, portanto, a raiz da vida social, todas as

outras camadas dessa vida, a própria sociedade, as relações de poder, as relações internacionais, reproduzirão a mesma característica. Neste caso, uma vez que a característica da produção é marcada por uma relação de desigualdade, as outras esferas também serão. Isso é um fator importante, visto que, se trabalhará neste esforço teórico, a compreensão das relações internacionais e sua inseparabilidade da centralidade do trabalho. Ou seja, o motivo pelo qual a classe trabalhadora é um ator decisivo das relações internacionais é que como proprietária de uma mercadoria vital para a produção das outras, a força de trabalho, sua remuneração média mundial, compõe e define as diferenças salariais internacionais e no interior de cada economia doméstica.

2.2.2 O Trabalho

O trabalho é algo intrínseco, inerente à definição do ser humano como ser social produtor de necessidades e criador de novas. O trabalho é uma atividade orientada a um fim que transforma natureza. Sobre esse tema, Antunes pressupõe que:

Trabalhar era, ao mesmo tempo, necessidade eterna para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza. Mas, sob o império (e o fetiche) da mercadoria, a atividade vital metamorfoseava-se em atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória (ANTUNES, 1999, p. 138).

Entretanto, no modo de produção capitalista a relação do indivíduo com o trabalho de acordo com Marx (2013), foi ao longo de mais de 300 anos de capitalismo industrial modificada no momento em que a propriedade privada altera a ontologia do ser social, transformando a força de trabalho em mercadoria. Ou seja, em uma sociedade marcada por detentores de terras e meios de produção e uma massa assalariada, a força de trabalho torna-se a mercadoria de troca por sobrevivência. Marx cita que:

Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvinculou de sua forma instintiva. (...) uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colméia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colméia em sua mente antes de construí-la com a cera (MARX, 2013, p. 327).

A força de trabalho é, portanto uma mercadoria que produzirá outras mercadorias e que deveria ter sua remuneração equivalente a quantidade de trabalho socialmente necessário depositado no processo produtivo. Entretanto não é isso que ocorre. No momento em que a força de trabalho já produziu o suficiente para se pagar, o dono dos meios de produção não conseguiu o lucro, nem para inserir em forma de investimento na produção, nem para seu consumo suntuário, exigindo assim um 'mais trabalho'. É na relação desigual fundada na propriedade privada que se encontra a razão da exigência de uma relação desigual também na produção.

Dessa forma, a única mercadoria que possibilita algum tipo de ganho, é uma mercadoria que crie um produto que valha mais que si mesma - a mercadoria força de trabalho. É o sobretrabalho a peça geradora do mais valor, o responsável pelo valor que se valoriza. Por isso, em uma sociedade capitalista, todas as vezes que o lucro não corresponder ao esperado as ações estruturais terão uma única finalidade: a extração de mais valor da força de trabalho na esfera da produção.

A partir de uma perspectiva marxista, vamos diferenciar o trabalho da sua condição mercantil de venda da força de trabalho, que explicita as relações de propriedade e assalariamento. É a partir dessa relação entre proprietários privados dos meios de produção e proprietários da força de trabalho que a produção de mercadorias torna algo que até então era inerente à condição substantiva do sujeito em objetificação do mesmo a partir da mercadoria que ele oferta no mercado para ser consumida a partir da compra e venda. Nesse sentido, o salário é a representação aparente do valor dessa força (MARX, 2013).

Por isso Marx em O Capital (2013) define a relação de produção, como a atividade fundamental para que os homens pudessem suprir suas necessidades, mas que a todo momento está sendo alienada pelos meios de produção e suas personificações. Isso exige que os acontecimentos para serem compreendidos em sua essência, sejam analisados a partir de um esforço de abstração que encontrem a racionalidade produtiva. Assim, a categoria trabalho (força de trabalho) vai definir o real sentido das relações internacionais, visto que esta é a representação das relações de produção capitalistas em uma esfera global.

2.2.3 As Crises de Capitalismo

É comum se ouvir falar sobre crise, sempre atrelada a um período de cortes financeiros e recessão econômica. Mas o que de fato é a crise? Porque é algo que se repete historicamente quase sempre sobre os mesmos padrões? Qual a essência desse fenômeno?

Segundo a leitura de Marcelo Carcanholo (2008) a crise é um processo inerente ao modo de produção capitalista já descrito anteriormente, faz parte de uma de suas contradições. Ao se entender que este modo de produção é caracterizado pela acumulação de riquezas (capitais), é preciso visualizar que a maneira de se acumular capitais se altera após um desgaste do modelo vigente provocado pelo crescimento das contradições. É como se uma corda estivesse sendo puxada para dois lados, de um lado estaria a concentração de riqueza e do outro a miséria gerada por tal. Com isso, chega-se em um momento em essa corda não suporta mais esse tensionamento, é quando temos os períodos de crise.

Este tensionamento ao mesmo tempo em que representa a lógica do próprio capitalismo, seu modo de ser como acumulação irrefreada, é sua própria inviabilidade. Isso porque o processo posterior a produção, exige a realização da mercadoria, em termos vulgares, sua compra. Quando esta contradição apresentada alcança seus patamares mais agudos, chega-se ao ponto de inviabilizar a realização da mercadoria. Não por acaso este momento também representa o auge dos momentos históricos do capitalismo. A esse respeito Carcanholo diz o seguinte:

Sendo assim, as mesmas leis de funcionamento do modo de produção capitalista levam a uma produção ilimitada de mercadorias, no impulso de acumulação ampliada, a um consumo (demanda) abundante, na medida em que sua expansão leva consigo a dos mercados, e à constituição de barreiras à realização do valor produzido. Essas barreiras impedem que a maior demanda consiga realizar o crescente valor produzido. O que constrói essas barreiras e, portanto, se constitui na causa das crises é a contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista. Dessa forma, as crises capitalistas se definem como uma superacumulação, isto é, uma superprodução de capital incapaz de continuar obtendo seus níveis de lucratividade anteriores. Superprodução de capital e redução da taxa de lucro são características das crises de superacumulação de capital. Além do mais, essas duas características, dado o processo de concorrência intercapitais, provocam uma expansão da concentração/centralização do capital, que se transforma em um crescimento da composição orgânica média do capital (produtividade média), reforçando o efeito de redução da taxa de lucro do sistema. As crises cíclicas do modo de produção capitalista têm esse comportamento (CARCANHOLO, 2008, p. 249).

Como os grandes sempre buscam se recuperar e voltar aos seus picos de lucratividade, o período pós crise é marcado por uma reestruturação do modelo de acumulação capitalista de cada época. Utilizando o exemplo anterior da corda tensionada, este representaria o momento em que se mudam as posições para se continuar puxando mais uma vez. Isso tem acontecido ao longo da história desde o momento em que surge o modo de produção capitalista.

Nesse sentido, segundo Hobsbawm, tem-se três grandes crises no capitalismo mundial. É interessante ressaltar o aspecto mundial, visto que outros períodos de recessão existiram, mas pela primeira vez, entre os anos de 1873 e 1896, essa recessão tem um caráter global. Assim, essa primeira grande crise é acompanhada por duas outras com a mesma magnitude capaz de alterar o modelo de acumulação vigente: 1929 e 1979, para melhor compreensão vamos aprofundar um pouco mais detalhadamente em cada uma.

2.2.3.1 Crise de 1870

Esta crise é marcada por uma queda da lucratividade, dos preços e da taxa de juros. Até esse momento estamos vivenciando a fase de consolidação e integração mundial do capitalismo, marcado pelas independências formais de antigas colônias e pela centralidade da Inglaterra nesse processo. Isso significa que era da Inglaterra que partia a força centrípeta de acumulação de capitais, sendo ela a importadora de produtos primários e exportadora de capital, serviços financeiros e de transporte. É a consolidação da divisão internacional do trabalho nos moldes Ricardianos¹.

O crescimento econômico, o desenvolvimento das forças produtivas e a internacionalização da produção diminuem o valor da força de trabalho, o que não acontece com as mercadorias. Tal situação cria a impossibilidade de realização da produção, soma-se a isso o surgimento dos Estados Unidos e Alemanha como potências e auto protecionismo para conseguir competir com o mercado inglês. Esses fatores somados geram a crise desse período e inauguram a nova fase de expansão do capitalismo: imperialismo monopolista.

¹ Davi Ricardo formula a teoria das vantagens comparativas. Basicamente esta teoria explica que a fonte da riqueza estaria na especialização produtiva de cada país. É a base do pensamento da DIT.

2.2.3.2 Crise de 1929

Até 1929 os grandes capitais monopolistas sediados na Inglaterra, EUA, Alemanha e França irão disputar os territórios no mundo. Essa relação vai se dar tanto sob o marco das independências, com os processos de endividamento e entrada de capitais, quando ainda nas colônias com uma ocupação direta em territórios africanos, por exemplo. Essa disputa por territórios de acumulação entre monopólios é o estopim para a primeira guerra mundial, que debilita as economias européias e abre espaço para a ascensão norte-americana.

O crescimento dos capitais estadunidense provoca por sua vez um elevado desenvolvimento das forças produtivas, resultando na diminuição do valor da força de trabalho e conseqüentemente de suas remunerações. No momento em que o endividamento fomentado pelo bancos torna-se uma realidade, a demanda de consumo cai e a mercadoria não se realiza, criando-se uma crise de superprodução. Como já definido acima, é uma conseqüência ligada às contradições inerentes ao próprio modo de produção capitalista.

2.2.3.3 Crise de 1970 a 1980

A crise deste período é marcada pelos déficits frutos dos seguintes fatores: as remessas de recursos para a reconstrução da Europa pós segunda grande guerra; o processo de endividamento com os gastos relacionados a Guerra Fria; o surgimento do Euromercado, e o enfrentamento da concorrência Japonesa e Alemã. É nesse contexto também, que a política bancária de concessão de empréstimos passa a ser questionada e as grandes empresas veem mais segurança na esfera financeira e na abertura de seus capitais, que no setor bancário - veremos mais adiante o quanto esse aspecto é significativo. Somando-se a esse cenário, temos a guerra do Vietnã e em 1973, a crise do petróleo. Esse cenário tem como conseqüência a desvalorização do Dólar e a instabilidade econômica dos EUA.

Em reação a isso, em 1971, os EUA suspendem a convertibilidade do Dólar em Ouro e é aplicada uma política de elevação dos juros. Acontece que, devido aos empréstimos e a centralidade econômica estadunidense, a maioria dos países tinha suas reservas e dívidas em Dólar, o que acarreta em um processo de

hiperinflação gigantesco. Nesses processos, os países que mais sentiram foram os latinos americanos, dando origem ao período conhecido como década perdida.

Quando analisa-se o período de recuperação dessas crises, temos uma sucessão de novos modelos de acumulação do capital que buscam potencializar os lucros a partir de uma reforma na produção. No primeiro momento temos a saída da crise de 1870 na ascensão de uma disputa imperialista de grandes monopólios, caracterizada também pelo início das independências formais das antigas colônias e da Divisão Internacional do Trabalho. A partir da crise de 1929, a reforma do setor produtivo recria a DIT fazendo do centro um exportador de bens de capitais e fomentador da indústria de base na periferia, que por sua vez, se alimenta de uma ideologia desenvolvimentista. Por fim, a crise de 70 demarca o período de recuperação através da financeirização da economia e conseqüentemente sua interligação mundial (LAPAVITSAS, 2016), é o período caracterizado pela globalização.

Nesse sentido, as categorias apresentadas até aqui, nos ajudam a compreender como o cenário internacional se configura a partir das relações de produção desiguais que periodicamente geram contradições suficientes para a existência de crises cíclicas. Mais que isso, a partir da teoria marxista, podemos observar o quanto o trabalho está intimamente ligado a todas essas desigualdades e crises, sendo afetado diretamente como forma de perpetuar o lucro mesmo em sua fase de declínio. Entretanto sendo as relações internacionais desiguais, a maneira como se explora a força de trabalho em cada parte do mundo não poderia apresentar uma equidade. Deste modo, é necessário compreender a particularidade do território latino-americano neste panorama internacional destacando como a dependência torna este espaço um território de contínuas explorações e transferências de valor para as economias centrais.

É importante destacar que a dependência é um fenômeno internacional e faz parte das relações internacionais. Isso porque, ainda que didaticamente a teoria da dependência não esteja alocada neste primeiro bloco, nossa intenção é dar luz e aprofundar a particularidade desta totalidade, percebendo ser necessário um bloco a parte para detalhar a como se estrutura a dependência na periferia. Assim, a seguir, serão trabalhados o histórico desta vertente teórica, suas fases, e a superexploração do trabalho - tema central desta dissertação, que será

necessário para compreender como o processo de endividamento pode ser entendido nas relações internacionais.

2.3 A PARTICULARIDADE DO BRASIL, TERRITÓRIO DEPENDENTE

Após de 1960 pensadores latino americanos se debruçam em compreender o porquê do subdesenvolvimento, visto que saímos de um período de tentativa de industrialização baseado no direcionamento da CEPAL que não promoveu o desenvolvimento esperado para a América Latina. O pensamento cepalino, que tem como seu principal expoente Raul Prebisch, surge após a necessidade de reestruturação produtiva gerada pela crise de 1929 e apontava que era preciso solucionar o atraso econômico da região a partir da mudança do eixo produtivo de primário exportador para produção de bens manufaturados através do desenvolvimento da indústria local. Além disso, era preciso acabar com a heterogeneidade estrutural de campo/cidade muito presente nos países latinos (TRASPADINI e STÉDILE, 2011).

Até certo momento, a exemplo do Brasil, consegue-se alcançar certo nível de desenvolvimento, mas outra crise estrutural (1970 a 1980) mostra que a condição de subdesenvolvimento permanece fomentando a busca por respostas. Na tentativa de desenvolver uma teoria própria, latino americana, autores como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Vania Bambirra, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, descrevem a condição de subdesenvolvimento como uma relação de dependência, entretanto as conclusões sobre essa relação se bifurcam em dois grupos.

O primeiro grupo, de FHC e Faletto, veem a possibilidade de alcançar o desenvolvimento mesmo no contexto de dependência via internacionalização dos mercados. Interdependência/Dependência associada. O outro, conduzido por Marini, vislumbra a impossibilidade de atingir o desenvolvimento nacional autônomo no marco do capitalismo, sendo necessária uma mudança na lógica das relações de produção. Esta segunda linha é denominada como Teoria Marxista da Dependência (TMD) e por considerar que a condição de dependência não representa uma falta de desenvolvimento mas a sua real forma de ser, é ela que adotamos neste trabalho como marco teórico. Em Traspadini e Stédile pode-se encontrar o seguinte esclarecimento:

Os Marxistas, com base no materialismo dialético e histórico, como método explicativo e de ação transformadora, e na teoria do desenvolvimento do imperialismo, explicitavam o caráter estrutural e permanente do desenvolvimento capitalista desigual, necessário para que esse modo de produção permaneça alcançando seus fins: a apropriação privada da riqueza e da renda, baseada na superexploração do trabalho (TRASPADINI e STÉDILE, 2011, p. 29).

Portanto, para se compreender como o Brasil se insere nas Relações Internacionais e o papel que desempenha na lógica da DIT, é preciso considerá-lo a partir das relações de subordinação que imperam desde o marco das independências formais. Além disso, veremos como historicamente as crises internacionais afetam este território e sua população ao exigir a intensificação da relação de dependência alterando a esfera produtiva de modo a recuperar a taxa de lucro na economia internacional. Trabalharemos a seguir a dependência, suas fases históricas e em seguida, como a esfera produtiva se insere nesta lógica através da superexploração da força de trabalho.

2.3.1 Dependência

Um fator chave explicativo da condição estrutural histórica da dependência é o imperialismo e suas derivações seguintes em especial a financeirização da economia. No século XVII os bancos assumiram um novo papel: gerenciar todo o fluxo monetário da época. Nesse momento, cabia ao banco realizar empréstimos, investimentos, além de concentrar juros de todas as transações e informações estratégica sobre seus clientes. Esses bancos através da relação de dependência de crédito, começam a adquirir gradativamente parte de seus clientes tornando-se o epicentro da junção de setores produtivos (campo e indústria). A essa junção liderada pelo capital bancário e a formação de monopólios, que torna-se a principal característica desta nova fase do capitalismo, que Lenin (2005) denominou de imperialismo, uma espécie de fase superior do capitalismo por considerar que a partir desta dinâmica o capitalismo se desenvolveria formando monopólios e se expandindo no mundo. A norma para o desenvolvimento do capital monopolista é uma competição internacional incessante entre vários produtores conforme se pode observar em Lenin na citação abaixo:

“Punhado de monopolistas subordinam as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação de diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou restrição do crédito [...] finalmente, de decidir inteiramente sobre seu destino” (LENIN, 2005, p. 14).

Nesta fase a exportação de capitais ganha importância e o mundo começa a ser partilhado pelos trusts internacionais. Nesse sentido, Harvey (2005, p. 36) ressalta que “do ponto de vista da acumulação do capital, a política imperialista envolve, no mínimo, a manutenção e a exploração de quaisquer vantagens em termos de dotação de recursos e de assimetrias que se possa adquirir mediante o poder do Estado”. Ou seja, o capital monopolista utiliza o território e as dotações de poder do Estado em que se encontra para se expandir e incorporar outros territórios na lógica de sua acumulação. Internacionalmente estes capitais competem por esse objetivo e Lênin (2005) define a primeira Guerra Mundial como um guerra entre impérios a fim de definir de forma violenta uma nova divisão do mundo (SOUZA, 2009).

Entende-se, dessa forma, que os capitais monopolistas estão situados, possuem sedes, em território muito bem delimitados. Tal aspecto abre espaço para duas afirmações: a primeira refere-se ao destino da acumulação deste capital, que será revertido para os países sedes; a segunda sobre a necessidade desse capital, como gigante monopolista, de buscar novos territórios para expandir seus lucros. A prática imperialista, nesse sentido, não é apenas uma política de Estado, mas um direcionamento empresarial que faz uso do aparato estatal.

Nesses territórios, fontes de acumulação, se estabelece uma condição de dependência em relação aos monopólios. Inicialmente econômica, essa dependência se intensifica com o enraizamento da economia internacional na política e cultura. Dependência é assim uma “relação de subordinação de nações formalmente independentes, em cujo marco, as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p.134).

Ou seja, os países que originalmente contribuíram através da espoliação de seus recursos humanos e naturais, para “o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação de grande indústria” (MARINI,

2011, p. 135), tornam-se independentes em uma relação estrutural desigual muito bem definida pela divisão internacional do trabalho, fornecendo bens primários em troca de manufaturas de consumo e de dívidas. A dependência atua, portanto, em duas frentes: beneficiando as metrópoles ao melhorar suas relações de produção, onde o trabalhador do centro torna-se consumidor através do barateamento dos custos da produção, dado o barateamento dos alimentos e matérias primas vindas da periferia; e nos países dependentes, instaurando uma dinâmica de superexploração da força de trabalho para compensar a queda dos lucros, originada da pressão externa sobre os preços das mercadorias importadas da periferia.

Algo importante a se ressaltar é que a dependência não se constitui por uma ausência de desenvolvimento ou um obstáculo para o mesmo. Esta relação é fruto do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas contradições. É interessante observar este aspecto visto que os planos de desenvolvimento (seja o desenvolvimentismo cepalino ou o neoliberalismo do consenso de Washington) não construíram outro horizonte por trabalhar uma mudança que não altera a lógica capitalista de produção de valor, ao contrário intensificaram ainda mais as relações de dependência, como veremos a seguir nas fases da dependência.

2.3.1.1 Fases Históricas da Dependência

A dependência se dá de diferentes maneiras em diferentes tempos históricos. Em um recorrido podem-se descrever 3: a de consolidação da dependência através do imperialismo, uma fase de intensificação da dependência a partir do neodesenvolvimentismo e a fase neoliberal trazendo sua característica especulativa (AMARAL, 2006). A primeira fase então se dá no final do séc XIX, na era dos Impérios, período do desenvolvimento industrial e da divisão internacional do trabalho, no qual ocorriam investimentos na produção de matérias primas e produtos agrícolas voltado para atender as necessidades da metrópole.

A segunda fase nas décadas de 1930-1950, foi a tecnológica industrial, nela o investimento externo se dá na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos. Na América Latina, tem-se nesse período a corrente cepalina com a proposição da superação do atraso econômico através da substituição das importações. Tal aspecto foi fruto do desenvolvimento das forças

produtivas no período da segunda Grande Guerra, que será incentivado pela nova potência hegemônica, os EUA, com o objetivo de delimitar uma divisão internacional do trabalho na qual o centro produz tecnologia de ponta enquanto transfere maquinário ultrapassado para os países de tipo A (BAMBIRRA, 1999) sob o marco de empréstimos e royalties.

A crise econômica aliado ao novo cenário internacional de disputa da Guerra Fria alteram a maneira de ser do imperialismo norte-americano. Com isso vivenciamos um período, liderado pelos governos ilegítimos da Ditadura Militar, gestando a fase neoliberal com o endividamento e aumento da dívida externa com a importação de um maquinário atrasado, sendo necessário também um grande repasse de royalties para sua utilização devido às patentes. Do ponto de vista de Amaral isso acontece da seguinte forma:

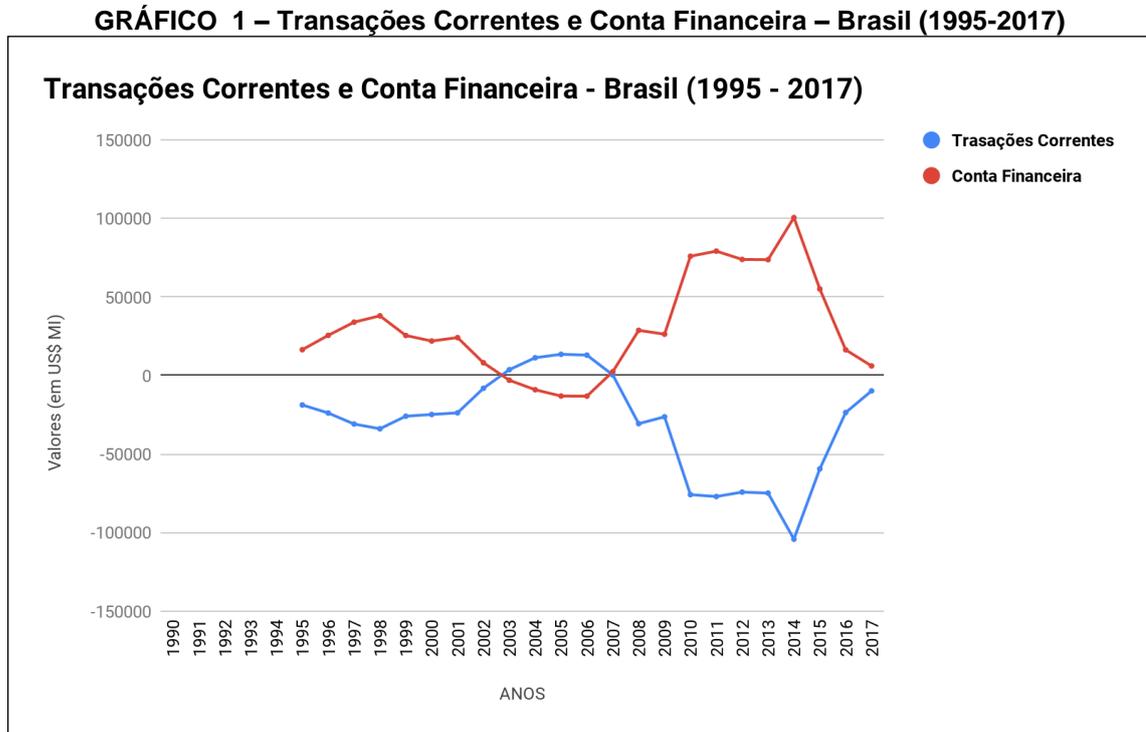
O primeiro constrangimento relaciona-se à necessidade aumentada de divisas que o processo de industrialização gera, divisas essas produzidas pelo setor exportador. O segundo decorre do fato de que a maquinaria e alguns insumos necessários para o desenvolvimento das indústrias dos países não centrais não são livremente vendidos no mercado internacional. Esses bens são usualmente produzidos em condições de monopólio, o que infla seus preços e, além disso, há a necessidade do pagamento de royalties para a utilização de produtos e/ou tecnologias patenteados (AMARAL, 2006, p.43 - 44).

Na década de 1990 torna-se hegemônica a estratégia neoliberal de desenvolvimento a partir do modelo definido no Consenso de Washington. Estamos saindo de um processo de ditadura hiper inflacionados² no qual várias estratégias econômicas são aplicadas para a reversão desse processo. No centro dessas mudanças está a crença em um Estado que atua permitindo a retomada da taxa de investimento, abrindo a economia para importações, diminuindo o Estado e cedendo espaço para o capital especulativo de curto prazo. Se estabelece no caso brasileiro, o plano Real, valorizando-se a moeda em relação ao dólar e com isso incentivando um aumento vertiginoso nas importações.

O financiamento do déficit da balança comercial, gerado por esse desnível entre importação e exportação, é financiado principalmente pelos Investimentos Externos Diretos (IED). Com isso temos um cenário de privatizações e forte entrada do capital estrangeiro em nossa economia, através da compra de

² A crise inflacionária tem início no final da década de 70, fruto da crise do petróleo. Até a estabilização da inflação, financiada por um profundo endividamento, foram cerca de 6 planos monetários diferentes.

estatais, abertura de novas empresas e participação acionária. Além disso, temos também a compensação deste déficit na venda de títulos e empréstimos a curto prazo, provocando uma rápida entrada e fuga de capitais, como se pode observar no gráfico abaixo:



Fonte: Banco Central do Brasil, elaboração própria.

Como pode ser visto no gráfico 1, onde nos momentos em que a conta de transações correntes está em baixa, a conta financeira, que representa a entrada de capitais está em alta, alcançando o equilíbrio na balança de pagamento. Temos assim, um período caracterizado pela: valorização do capital fictício, forte saída estrutural de recursos (visto o foco em investimentos de curto prazo) e o estrangulamento externo e restrições internas ao crescimento.

Como vai se ver mais adiante, o capital externo não entra apenas com seu aparato econômico, mas traz consigo uma inserção mais intensa na política e uma nova dinâmica cultural, importando e recriando também necessidades de consumo. Na base dessa pirâmide, sustentando toda essa estrutura, está a força de trabalho superexplorada. E o que se propõe aqui, é que a partir desta fase, que a superexploração como forma de compensação à queda da taxa de lucro nas nações desenvolvidas, passa a não depender em sua maioria do capitalista nacional, sendo aplicada diretamente pelo capital estrangeiro.

2.4 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A categoria superexploração é trazida à tona por Marini para caracterizar um nível de exploração da força de trabalho no qual ocorre a violação do valor da força de trabalho, sendo paga abaixo de seu valor ou consumida pelo capital além das condições normais. É um cenário de negação das condições necessárias para se repor o desgaste de sua força de trabalho, levando-o a um esgotamento prematuro de sua força vital. Segundo Mathias Luce (2013), pode-se categorizar 4 modalidades de superexploração, por meio das quais o capital atenta contra o fundo de consumo e o de vida do trabalhador.

De acordo com Luce (2013), o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor tem parâmetro utilizado no Brasil para se avaliar a remuneração da força de trabalho em condições próximas ao seu valor necessário em o SMN (Salário Mínimo Necessário). Ele expressa a quantia necessária para cobrir os gastos básicos de vida em um núcleo familiar³. Ainda segundo o autor citado acima, a partir de dados do DIEESE, desde 1990 a 2007, o salário mínimo não chegou a 40% do valor necessário. Tal aspecto configura uma violação ao fundo de consumo.

E sobre o prolongamento da jornada de trabalho, a grande questão deste modelo de superexploração nos tempos atuais é a necessidade imposta pela baixa remuneração pela procura de formas de complementação da renda. Segundo o PNUD (2008, apud, LUCE, 2013), 4,1 milhões de trabalhadores declararam precisar exercer dois ou mais empregos para sobreviver. Tal renda extra vem de fontes ainda mais precarizadas, é claramente o fenômeno Uberização do trabalho - sem registros, sem garantias, direitos e sujeitos a carga diária sobre-humana. Além disso, pode-se acrescentar a presença do trabalho nos momentos de descanso através das facilidades tecnológicas que levam o trabalho até a casa sem um controle jurídico desse excedente.

Segundo Crary (2014), vivemos o momento do 24/7, onde a negação do sono representa uma desapropriação violenta do eu por forças externas, o estilhaçamento calculado de um indivíduo. Soma-se a isso, a extração da mais-

³ O DIEESE leva em consideração uma unidade familiar composta de 2 adultos e 2 crianças, o que não corresponde à realidade da periferia latinoamericana. Assim, os dados passam ainda muito longe de retratar a tamanha disparidade entre os salários pagos e os necessários para a subsistência do trabalhador.

valia na construção simbólica de improdutividade. Esse modelo representa um dos atentados ao fundo de vida e Luce descreve que:

Quando este contar com menos tempo para repouso e recuperação de sua força vital - seja reduzindo o tempo de almoço, seja reduzindo o tempo de descanso semanal, seja ainda reduzindo o tempo de descanso de férias - não poderá ser compensado com o aumento da quantidade de bens consumidos (LUCE, 2013).

O aumento da intensidade do trabalho é a segunda forma de violação do fundo de vida do trabalhador. É representado no ganho de produtividade e se reflete em um aumento dos acidentes de trabalho e doenças laborais. O aumento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho acontece quando o desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens vão transformando estes (novos bens) em bens necessários em épocas determinadas, conforme afirma (OSÓRIO, 2009) e tem-se o aumento da quantidade de bens necessários na cesta de consumo. Assim, observa-se que o SMN se mantém abaixo do necessário para condições de subsistência que não se atualizam, enquanto no plano real as necessidades básicas vão se alterando, sobrando como única alternativa para o trabalhador o endividamento.

Este item ganha um destaque especial a partir dos anos 2000. Período no qual adotamos um modelo neodesenvolvimentista que, com o incentivo ao consumo através do crédito fornece ao capital estrangeiro (que adentra nos anos 90) a algema que aprisiona o trabalhador em dívida que por meio dos juros não é feita para ser paga. Nos períodos de crise e desemprego temos um exército industrial de reserva com uma característica diferenciada dos períodos anteriores: a necessidade material e moral do pagamento de uma dívida.

2.5 A CONFORMAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE ACUMULAÇÃO

Tendo compreendido até aqui o aspecto das crises e da necessidade de definir um novo modelo de acumulação para reverter a queda da taxa de lucro e o papel da periferia nessa dinâmica como nação subordinada, passamos agora a entender o que mudou na década de 1990 no Brasil, por meio das diretrizes do Consenso de Washington, para que este momento fosse definido como um novo modelo de acumulação. Principalmente, o esforço a partir de agora

será o de ligar essa mudança ao processo de endividamento da classe trabalhadora neste período, sendo este fenômeno nosso foco de análise e ponto de chegada.

Como visto anteriormente, a crise de 1970 exige uma nova dinâmica no capitalismo mundial e uma nova fase da dependência. Esta mudança está essencialmente na maneira como os grandes irão acumular seus lucros. Se antes deste momento o modelo de acumulação dos centros econômicos estava definido pela exportação de bens de capitais e no financiamento da industrialização da periferia, a partir de agora será caracterizado principalmente pela financeirização.

A financeirização já esteve presente em outros momentos da economia mundial, sendo definida por Arrighi (1996) como o auge da acumulação que precede uma crise. Entretanto, Arrighi, Hilferding e até mesmo Lenin, vão compreender a financeirização respectivamente como altas finanças (momento em que a economia está centrada nos bancos), como a fusão do capital produtivo com o capital bancário, ou ainda como a principal característica da fase monopolista do capitalismo liderada pelos bancos (LAPAVITSAS, 2016). Contudo, essas interpretações não correspondem à dimensão que o capital financeiro tomou nas cinco últimas décadas. Nesse sentido, faremos o uso da definição de Lapavitsas (2008) que acaba descrevendo de uma maneira mais clara o panorama do qual estamos tratando:

Financeirização, em suma, não equivale à dominância dos bancos sobre o capital industrial e comercial. Mais do que isso, trata-se da autonomia cada vez maior do setor financeiro. O capital industrial e o capital comercial são capazes de tomar empréstimos em mercados financeiros abertos, sendo mais fortemente envolvidos em transações financeiras. Enquanto isso, as instituições financeiras têm procurado novas fontes de rentabilidade na renda pessoal e em atividades de mediação no mercado financeiro (LAPAVITSAS, 2008, p. 34 apud AMARAL, 2006, p.87).

Neste sentido, os bancos que antes participavam de forma ativa dos mecanismos de acumulação anteriores, sendo o epicentro de empréstimos e investimentos dos demais setores, perdem seu espaço para o mercado aberto financeiro, visto que, este confere mais flexibilidade, baixo custo, menos risco e mais liquidez. Assim, os bancos precisam encontrar uma nova maneira de garantir seus rendimentos e a chave disso está em fazer a mediação nos mercados financeiros e no endividamento familiar através de empréstimos para pagamento de hipoteca, crédito para consumo e aquisição de ativos financeiros como fundos de pensão e seguros (LAPAVITSAS, 2016).

Tem-se com isso uma característica de acumulação inédita, na fase financeirizada a extração dos lucros pelos bancos e instituições financeiras não passa pelo processo produtivo, pela extração da mais-valia na produção, se extraindo valor diretamente do salário por meio do comprometimento da renda. Isso não significa o fim da mais-valia ou da exploração do trabalho, principalmente em países dependentes, nos quais o trabalhador não tem poder de compra, esse novo mecanismo reverbera como uma dupla extração de valor que o trabalhador passa a sofrer. De um lado temos os capitalistas donos das fábricas e do outro as instituições financeiras, ambos atuam pressionando a produtividade e comprometendo os rendimentos. Na prática, como exposto acima, temos a violação do fundo de vida e do fundo de consumo do trabalhador, caracterizando um contexto de intensificação da superexploração.

Para o claro entendimento de como este movimento se torna possível no Brasil, precisamos resgatar em primeiro lugar o cenário da crise da dívida nos anos 1980, que fragiliza a economia de tal forma a ponto de se cogitar as medidas propostas pelo Consenso de Washington como uma alternativa viável. Nesse sentido, abordaremos a seguir o panorama da crise de 1980, as diretrizes do Consenso de Washington e por fim, a conformação dessa nova base de acumulação do capital que trará a intensificação da superexploração da força de trabalho inserindo o trabalhador na lógica do endividamento.

2.5.1 O panorama da crise de 1980

O período de acumulação anterior, que demarca a segunda fase da dependência, foi caracterizado pelo desenvolvimentismo. Entretanto, o processo de industrialização só foi possível graças a recorrência ao capital externo, seja para o financiamento de maquinário, como empréstimos para infraestrutura. Entretanto, com o segundo choque do petróleo em 1979, ocorre uma explosão do endividamento que Marisa Amaral define como:

A explosão do endividamento na economia brasileira e sua entrada na ciranda financeira foi algo determinado de fora para dentro, foi resultado das decisões políticas das economias centrais, em especial da economia norte-americana, que, diante da necessidade de reafirmar o dólar como dinheiro mundial, decretou a quadruplicação de suas taxas de juros internas, produzindo com isso um desmesurado salto nas despesas com juros que os ativos financeiros de emissão brasileira decorrentes dos empréstimos efetuados nos anos 1970 deveriam honrar (AMARAL, 2006, p. 117).

Nesse sentido, os anos 80 passam a ser considerados como a década perdida. Para fechar a conta da balança comercial, passa-se a busca por um superávit a qualquer custo, com a retração nos investimentos para o desenvolvimento. Dessa forma, tem-se uma desaceleração no nível de industrialização devido a busca por superávit, passando de 33% de participação da indústria no PIB, para 29%. Os investimentos no setor produtivo saíram de 25% do PIB em 1970 para 13% em 1990, se importava cerca de 80% do que se consumia internamente (BITAR e ROMÃO, 2001). Além disso, o aumento da taxa de juros apresentada anteriormente foi responsável por aumentar tanto a dívida externa com os EUA como intensificar o endividamento público. Ou seja, vamos receber a década de 1990 com um alto nível inflacionário, desindustrialização e um aumento do endividamento interno e externo.

Basicamente entramos em um ciclo vicioso no qual adquirimos uma dívida para pagar a anterior. Mas, a solução para esse cenário vem sendo gestada pelos economistas norte-americanos, FMI e Banco Mundial. A receita para sair da crise encontrava-se em ajustes econômicos na periferia, visto que se pregava que o problema não estava nos déficits internacionais, mas na estrutura intervencionista do Estado brasileiro, segundo Batista isso:

Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas - a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio - e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. Assim, a solução residiria em reformas neoliberais apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas (BATISTA, 1994, p.7).

Dessa forma, é necessário compreender o que foi o consenso de Washington e o que traçava para as economias dependentes. Nele estará o receituário básico adotado pelo governo Collor em diante que incorpora o Brasil no roda da financeirização modificando sua estrutura produtiva e incrementando a superexploração da força de trabalho.

2.5.2 O Consenso de Washington

Com George Bush na presidência, os Estados Unidos iniciam a segunda tentativa de alavancar sua economia através de uma política de enfrentamento da crise. Segundo Souza (2009) tentam fazer isso por meio de uma maior pressão sobre a URSS, sai em busca de uma iniciativa para a América Latina (antecedentes do Alca) e tenta se posicionar à frente de uma nova ordem mundial. Nesse contexto, em 1989, executivos do governo norte-americano, representantes de empresas transnacionais, do FMI, do Banco Mundial e de outros grupos financeiro se reúnem para estabelecer propostas para as dificuldades econômicas. Esses critérios não trazem resposta para a crise com modificações internas, mas com alterações propostas para as economias periféricas, como o Brasil.

Pires (2012) organiza as propostas da seguinte maneira:

- I. Disciplina Fiscal - Aponta para o excessivo déficit público, orienta a limitação de gastos e para a busca de uma balança de pagamento superavitária;
- II. Racionalização dos Gastos Públicos - investimento em empresas públicas deveriam ser cortados;
- III. Reforma tributária - proposta para corrigir os déficits públicos através da ampliação dos contribuintes;
- IV. Liberalização financeira - atração de dólares por meio de privatizações e supressão dos controles à movimentação de capitais;
- V. Reforma cambial - política de moeda valorizada atrelada ao dólar;
- VI. Abertura comercial - supressão de barreiras não tarifárias e estímulo da ocorrência;
- VII. Supressão de restrições ao IED - eliminação de monopólios públicos e outras reservas de mercado;
- VIII. Privatizações - redefinição do papel do Estado;
- IX. Desregulamentações - garantia de melhores condições ao investidor privado;
- X. Respeito à propriedade intelectual - lei de patentes.

Todas essas reformas propunham uma redefinição no papel do Estado, que deixava de ter as características do Keynesianismo como gerador de demanda e reorientam uma volta do liberalismo. Entretanto, a partir de agora o liberalismo (neoliberalismo) busca não mais um Estado mínimo, mas um estado forte que garanta a vitalidade à economia de mercado, bem como sua fluidez e ofereça

um aparato jurídico para garantia de contratos e que reforce as relações de propriedade. Dessa forma, o Estado desenvolvimentista que protegia o mercado de trabalho e a indústria local, cede seu lugar à entrada de capitais estrangeiros e o domínio econômico do centro. Amaral diz o seguinte sobre esse assunto:

Segue-se a este grupo de mudanças, inclusive de forma complementar a elas, a liberalização financeira, acompanhada da eliminação do controle de capitais, na tentativa de permitir o constante fluxo de recursos externos direcionados a essas economias, dada sua permanente necessidade de fechamento das contas externas desequilibradas pelo endividamento e pela intensificação do comércio internacional em sua nova configuração (AMARAL, 2006, p. 113).

Para o Brasil esse cenário significa a reprimarização da economia onde campo passa a ser industrial. Esta mudança fragiliza a estrutura econômica do Estado uma vez que o setor primário está sujeito às variações da demanda externa, sendo um mercado extremamente volátil na crise, gerando problema com uma superprodução ou com uma subacumulação. Além disso, a desestatização acaba passando para o controle das transnacionais financeirizada estadunidense recursos minerais e setores estratégicos (SOUZA, 2009).

Ainda em relação às exigências do Consenso de Washington, pode-se observar a financeirização e o incremento da superexploração do trabalho na cobrança por estabilidade monetária e nas políticas de austeridade fiscal. Isso porque na estabilidade monetária tem-se uma política de juros altos que é rentável ao capital especulativo de curto prazo além de elevar o ganho dos rentistas. No mesmo sentido, a austeridade e a busca pelo superávit sufoca os gastos públicos reduzindo a participação do Estado em políticas sociais.

2.5.3 A Aplicação do Consenso de Washington no Brasil dos Anos 90 e os Impactos na Classe Trabalhadora

É a partir do governo de Fernando Collor que as reformas neoliberais serão aplicadas e incrementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso. A partir de 1990 é instituído através de medida provisória o PND - Plano Nacional de Desestatização. Em seu governo a primeira área afetada pelas privatizações é o setor siderúrgico e minerador. Somando, o total de privatizações realizadas no período de 1990 a 2000, tem-se um panorama apresentado a seguir

na Tabela 1:

TABELA 1 - BRASIL: EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS E DO AJUSTE DO EMPREGO NO SETOR ESTATAL ENTRE 1979 E 1999

Período	Empresas privatizadas	Receita em milhões de dólares	Transferências de dívida pública em milhões de dólares	Empregados formais envolvidos*
1979/84	20	274	16	146.980
1985/89	18	549	620	82.125
Anos 80	38	823	636	-229.105
1990/92	44	15.128	2.664	- 198.136
1993/94	35	17.320	3.752	- 47.732
1995/99	84	42.008	11.660	- 300.120
Anos 90	166	74.456	18.076	- 545.988

* Refere-se ao saldo líquido de empregos destruídos e criados no setor estatal, resultante do efeito do conjunto das empresas privatizadas, fechadas e incorporadas.

Fonte: SEST, BNDES e TEM. Elaboração POCHMANN, 2001 apud ALMEIDA (2009, p. 146)

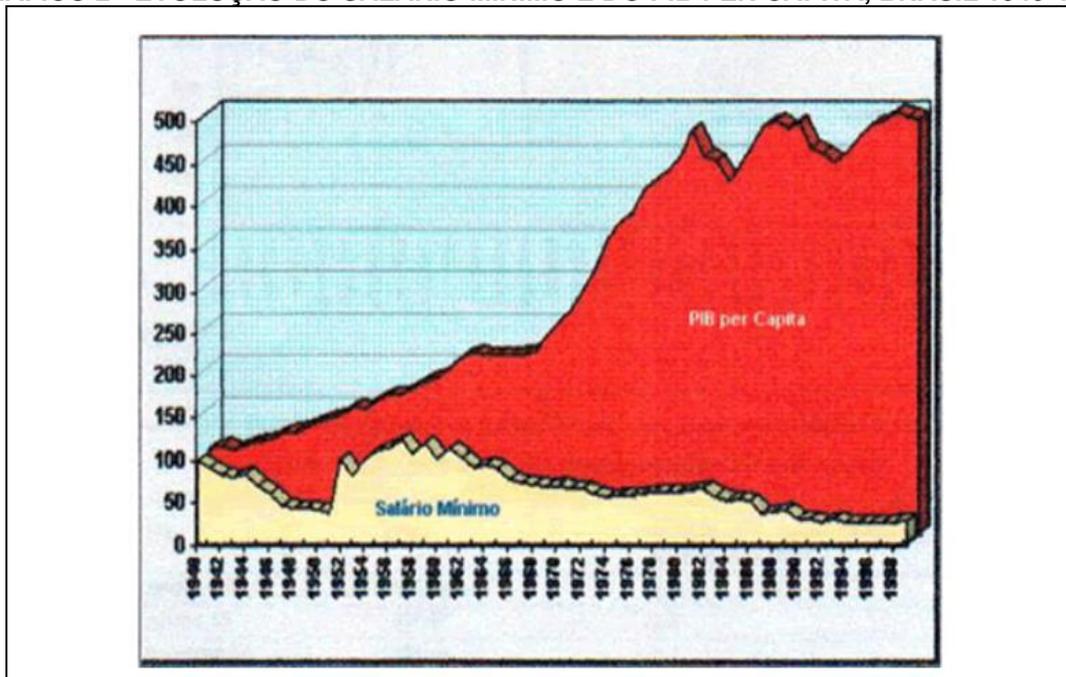
Como pode-se observar, chegamos a marca de 166 empresas privatizadas gerando nesse período uma massa de desempregados, representando uma clara contradição a propaganda desenvolvimentista neoliberal do governo FHC que orgulhava-se do desmonte realizado do que foi construído na era Vargas. Além, disso, mostra-se a ligação entre a entrada de capitais externos e o interesse em setores estratégicos da economia (ALMEIDA, 2009).

Vale ressaltar que as privatizações acabam impactando setores básicos de responsabilidade anteriormente destinada ao Estado. Nesse contexto, é deste mesmo período a regulamentação de planos de saúde privados (Lei 9.656/1998). Soma-se a isso a busca incessante por superávit limitando os investimentos governamentais na saúde pública como também na educação, portanto o sucateamento dos setores da saúde e educação vai abrir espaço para o crescimento da iniciativa privada nesses setores, além de obrigar o trabalhador a recorrer ao pagamento de planos de saúde e educação básica e superior - reduzindo a quantidade de recursos disponíveis para suas necessidades básicas como lazer e alimentação de qualidade.

Algo que chama muita atenção e é de vital interesse para esta pesquisa, são as reformas realizadas no marco do trabalho. Segundo Oliveira e Fornazier (2013) primeiramente, será adotada uma resistência em relação às greves por parte do Ministério do Trabalho, além da maior participação da CCP (comissão

de conciliação prévia), estabelecendo um maior nível de negociação entre trabalhador e patrão, posteriormente tem-se a regulamentação do Banco de Horas, a liberação do trabalho aos domingos e a desindexação salarial suprimindo o mecanismo de reajuste salarial. Tal movimento limita a luta por direitos e favorece o processo de precarização do trabalho. Abaixo no gráfico 2 demonstra-se a evolução do salário mínimo.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E DO PIB PER CAPITA, BRASIL 1940-1999



Fonte: DIEESE, apud, ALMEIDA (2009, p. 254)

No gráfico 2, podemos ver o quanto o crescimento do PIB não significou a distribuição de renda e o crescimento dos salários da classe trabalhadora, representação de um cenário de concentração de renda, situação que só se agrava no período que segue a ditadura em diante. Com isso, tem-se o desaparecimento de 885 mil postos de trabalho com carteira assinada durante a década de 1990.

Assim, num contexto no qual o Estado teve sua função alterada e as condições de trabalho precarizadas, fica possível entender como se aplica o novo modelo de acumulação. As bases para essa nova dinâmica estão estruturadas resumidamente nos dados levantados acima, no qual temos um setor financeiro externo enraizado na estrutura do país e as condições de trabalho precarizadas o suficiente para os bancos encontrarem espaço para se apropriar dos salários

através dos processos de endividamento. Nesse contexto, para se ter noção do quando o fenômeno da dívida é incorporado a realidade do trabalhador, a partir da pesquisa de Rodrigo Ribeiro e Ricardo Lara (2016), temos que em 1987 era necessária a comprovação de uma renda com cinco salários mínimos e em 1997 a exigência era apenas de um renda mensal de R\$ 200,00. Toussaint (2004) complementa afirmando que:

(...) en Brasil, en 1996, las dos terceras partes de las familias que vivían con un equivalente a 300 dólares por mes estaban endeudadas, lo que equivale a un millón de familias sobre un total de 1,5 millones que se encontraban en ese rango. Según el PNUD, en Brasil, los cheques sin fondos constituyen una forma habitual de financiamiento del consumo: la proporción de estos respecto al número total de cheques emitidos se multiplicó por seis entre 1994 y 1996 (TOUSSAINT, 2004, p. 11).

É importante compreender que financeirização dos fundos de consumo do trabalho se reflete no comprometimento da renda do trabalhador. Tem-se portanto, em termos de superexploração, uma cenário de intensificação da violação do fundo de vida e um salário mínimo abaixo do valor necessário para manutenção do consumo de serviços, antes estatais e hoje privatizados, e da cesta básica que historicamente só cresce. A alternativa para este trabalhador é recorrer ao crédito passando a consumir dos artigos financeiros antes mesmo de entrar no mercado de trabalho.

Esse processo se conforma neste período e se intensifica a partir dos anos 2000 em números expressivos: Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços (CNC), que se encontra em Ribeiro e Lara, 2016), demonstra que 73,4% das famílias endividadas tinha algum tipo de dívida com cartão de crédito em março de 2015. Além dos cartões de crédito, os carnês do comércio correspondem a 18,2% das famílias, sendo que em terceiro está o financiamento de automóveis em 14,4% das famílias. No geral, 59,6% das famílias estão endividadas, sendo que 17,2% delas estão com contas em atraso e 6,2% estão inadimplentes, ou seja, com atrasos superiores a noventa dias e sem condições de pagar suas contas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar mais uma vez o quanto a crise interna no Brasil tem relação direta com o que está acontecendo no cenário internacional. Isso se deve não apenas a uma maré ruim que afeta todos os países de um sistema, como uma maçã pode contaminando as outras, mas a uma relação de manutenção dos níveis de lucro dos donos dos grandes capitais, mesmo em um cenário de crise, por meio da intensificação da extração de valor em países historicamente dependentes. Isso só foi possível através da superexploração da força de trabalho, ao pressionar as estruturas internas desses países com uma política externa intensa de reforço da dívida e da entrada de capitais estrangeiros com as privatizações. Assim, o desdobramento da política externa das economias centrais e da política interna de países dependentes, como exemplificado pelo Brasil, é a violência praticada com a vida do trabalhador, violando seu fundo de vida e consumo.

Por isso o tema trabalhado aqui é tão importante para a compreensão das relações internacionais, visto que o plano internacional se desdobra impactando em última instância a vida de pessoas comuns. Ou seja, falar de relações internacionais não pode se resumir a um debate raso de Estado, mas precisa-se chegar na esfera onde de fato acontecem as violações dos corpos e vidas. É somente nesta dimensão que a necessidade de transformação dessas relações desiguais e combinadas ganha sentido.

Isso fica ainda mais claro quando compreende-se que o processo de recuperação da crise responde exatamente com o beneficiamento desses grandes capitais internacionais. O ponto de partida para esse raciocínio está no consenso de Washington. Esse é o momento mais importante para entender como nos anos 90, no Brasil, configura-se um novo modelo de acumulação do capital que devolve os níveis de lucratividade para os grandes capitais. O consenso de Washington demarca as reformas estruturais que criam as condições para a rápida financeirização da economia e dos rendimentos do trabalho (LAPAVITZAS, 2016).

Nesse sentido, a terceira fase da dependência se atualiza com o capital fictício incidindo não apenas no nível interestatal, mas afetando diretamente o fundo vida e consumo do trabalhador uma vez que este já entra no mercado de trabalho portador de uma dívida impagável. É um nível ainda mais profundo de

expropriação do valor da força de trabalho e de transferência deste para os centros das economias - dependência gerando ainda mais dependência (MARINI, 2011).

Tal aspecto torna-se visível na troca da universidade pública pela privada através do programa de financiamento estudantil (FIES), no financiamento de uma casa que sempre vai pertencer a um banco e nunca vai ser própria, na quantidade de bens sujeitos a apropriação bancária quando em um período de crise as parcelas começarem a atrasar, nas terceirizações que enfraquecem os vínculos empregatícios e mais recentemente na cultura do empreendedorismo, na qual o trabalhador é atirado à própria sorte sem qualquer direito ou garantias. Torna-se comum, portanto, a situação na qual mediante a um primeiro atraso ou pagamento mínimo, a dívida do trabalhador dobra de valor e gerando uma bola de neve que só termina de se formar com o seu esmagamento. “Os que não dormem porque têm fome” nas palavras de Josué de Castro, pode ser somado aos que não dormem por temerem não pagar suas contas.

Portanto, passamos pelo seguinte esforço de compreensão:

- I. Relações Internacionais precisam ser vistas a partir de outros atores e níveis de análise;
- II. Olhar para estas outras esferas significa entender a complexidade das relações que envolvem a produção e a circulação de mercadorias, bem como o funcionamento do modo de produção capitalista;
- III. As relações entre países desenvolvidos e periféricos neste marco se dá através de uma relação de dependência;
- IV. Esta relação, caracterizada por um capitalismo *sui generis*, é marcada pela constante transferência de valor e pela reformulação de seu setor produtivo para garantia da acumulação capitalista em tempos de crise;
- V. Alterar as relações produção é alterar a maneira como o trabalhador se insere na dinâmica mundial, e como numa nação dependente, isto significa intensificar a superexploração de sua força de trabalho.
- VI. Violar o fundo de vida e de consumo do trabalhador não é apenas reduzir seu poder de consumo ou de tempo de trabalho. É inseri-lo em uma condição perversa de morte homeopática.

Assim, pode-se dizer que uma das características das relações internacionais no marco do capitalismo são as relações desiguais de produção. Esta abordagem abre espaço para pesquisas futuras que possam trabalhar a questão

humanitária do endividamento familiar, a construção de uma linha histórica do endividamento das nações dependente, ou mesmo a formulação de uma base de dados densa que permitam tanto uma auditoria pública da dívida como uma auditoria da dívida familiar. A grande questão é que não pode-se deixar de pensar nesta temática sem visualizar horizontes de transformação desta realidade.

Por fim, desmistificamos aqui o mito do desenvolvimento pautado no marco do capitalismo, ou da falta de desenvolvimento brasileiro. A desigualdade está no DNA das estratégias de desenvolvimento lançadas para o Brasil na lógica da dependência. É por isso que pensar em alternativas transformadoras para as relações internacionais é pensar também na garantia à melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Dado este início de ação investigativa que culminou neste trabalho de conclusão de curso e os desafios que se abrem com as perguntas colocadas a partir dos elementos aqui apresentados, parece ser interessante pensar na processualidade da pesquisa a partir do vínculo entre este tema e a área de estudos pela Paz que envolvem a violência estrutural e a redução das desigualdades. Assim, perguntas como: Qual a relação entre violência e dependência? Quais as contribuições que a teoria da dependência e o entendimento da superexploração do trabalho podem fazer para uma análise crítica dos estudos pela paz? Pretendemos cumprir este desafio dando continuidade à pesquisa através do programa de mestrado em Relações Internacionais na UNILA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manoel Donato de. Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1999). Manoel Donato de Almeida. Campinas: [s. n.], 2009.

AMARAL, Marisa Silva. **A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência**. Uberlândia, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Unesp, 1996.

BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. México: Ed. Siglo XXI, 1999.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos (1994) In: LIMA SOBRINHO, Barbosa et al. **Em defesa do Interesse Nacional: Desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BITAR, Marcelo Saber ; ROMAO, Frederico Lisboa . Emprego/Desemprego no Brasil. Leituras de Economia Política: **Revista Leituras de Economia Política**. CAMPINAS, v. 9, p. 91-101, dez, 2001. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 25 out 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **R. Econ. contemp**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/agosto, 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo Antonio. La ley de la baja tendencial de la tasa de ganancia. **Revista Laberinto**. nº 38 / 2013.

COX, Robert Warburton. Fuerzas sociales, estados y órdenes mundiales: Más allá de la Teoría de Relaciones Internacionales | Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Relaciones Internacionales**, Madrid, n. 24, outubro 2013.

_____. "Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método." **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ (2007): 101-123.

CRARY, Jonathan. **24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

FORNAZIER, Armando e OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. O ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 e suas implicações no trabalho e nos setores produtivos. **R. OIKOS**. Rio de Janeiro. Volume 12, n. 1, 2013, pgs 87-111.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. UFRGS Ed., 2007.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LAPAVITSAS, Costas . **Beneficios sin producción. Cómo nos explotan las finanzas**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo** / V. I. Lenine; [tradução Leila Prado]. 3ª ed. – Centauro. São Paulo, 2005.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: Ruy Mauro Marini: vida e obra. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (org.). 2. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política (Livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar (2005) **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. São Paulo: Elsevier, 2005.

OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo; SOTELO VALENCIA, Adrián (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PACHUKANIS, Evguîeni Bronislávovitch. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PIRES, Marcos Cordeiro. A nova ordem mundial e o Consenso de Washington. In: **Formação Econômica da América Latina**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

PNUD (2008). In: LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

POCHMANN, Marcio (2001). In: ALMEIDA, Manoel Donato de. **Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1999)**. Manoel Donato de Almeida. Campinas: [s. n.], 2009.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes e LARA, Ricardo. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SASKIA, Sassen. Hacia una proliferación de ensamblajes especializados de territorio, autoridad y derechos. **CDC**, Caracas , v. 23, n. 62, p. 97-114, mayo 2006 . Disponível em: <<http://ve.scielo.org>>. Acesso em: 07 jul 2019.

SOUZA, Nilson Araújo. **Economia Internacional Contemporânea**. São Paulo: Ed. Atlas,. 2009.

TOUSSAINT, Eric. **La bolsa o la vida** : Las finanzas contra los pueblos. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2004.

TRASPADINI, Roberta.; STEDILE, João Pedro. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.